



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO
INTERPARLAMENTAR DO GRUPO ESPECIALIZADO DE CONTROLO
PARLAMENTAR CONJUNTO DA EUROPOL**

Bucareste, 25 de fevereiro de 2019

Delegação: Deputado Duarte Marques (PSD), Deputado Fernando Anastácio (PS),
Deputada Isabel Pires (BE) e Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

A Delegação foi acompanhada, e pela assessora da Comissão de Assuntos Europeus,
Catarina R. Lopes pela Representante Permanente da Assembleia da República junto
da UE, Cristina Neves Correia.

Da agenda da reunião constavam os seguintes pontos:

9:00h – 9:15h – Sessão de abertura e considerações introdutórias

A copresidente, **Oana Consuela FLOREA**, Chefe da delegação do Parlamento romeno no GCPC Europol, deu as boas-vindas a todos, entendendo que a missão desta reunião era encontrar o equilíbrio entre a liberdade e a segurança, entre o respeito pelos direitos fundamentais e a proteção dos cidadãos. Classificou este grupo de controlo como uma forma de cooperação interparlamentar diferente, sendo uma forma de escrutínio que necessita de ferramentas ativas, referindo que na reunião em causa seria dado ênfase ao período de debate. Sobre a agenda proposta, destacou os desenvolvimentos na União Europeia sobre o cibercrime e a segurança de viagens, a proteção de dados e os seus desafios, os instrumentos digitais e a sua utilização, tecendo considerações diversas sobre os restantes temas da agenda e apresentando os oradores convidados. Uma vez colocada à consideração das delegações, a agenda proposta foi adotada sem alterações, oposições ou comentários.

O copresidente, **Claude MORAES**, Presidente da Comissão LIBE do Parlamento Europeu, agradeceu a presença de todos, destacando a importância da proteção de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

dados, as questões relativas à participação da Dinamarca neste grupo de escrutínio, frisando o diálogo construtivo nas reuniões com os colegas dinamarqueses e o protocolo a ser anexo ao Regulamento do GCPC, permitindo a sua participação em reuniões futuras com direito a colocar perguntas. Informou ainda que, de acordo com o Regulamento, a troica presidencial recebeu quatro questões escritas.

09:15h- 10.15h - Relato das Atividades da Europol entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019

A sessão foi presidida por **Claude MORAES**, que deu a palavra a **Catherine DE BOLLE**, Diretora Executiva da Europol.

Catherine DE BOLLE começou por fazer uma síntese das operações estratégicas mais relevantes da Europol, desde setembro de 2018. Mencionou, em especial, ter visitado as chefias dos serviços e forças de segurança de todos os Estados-Membros, que manifestaram não só a sua confiança na Europol, mas também o desejo de que a agência invista na inovação e apoie ainda mais os Estados-Membros. Continuou a sua alocução, aludindo à cibercriminalidade e ao tráfico de droga como ameaças importantes para a União Europeia (UE) e sublinhou a importância de se investir em métodos inovadores de investigação e na cooperação.

Salientou, igualmente, as prioridades estratégicas da Estratégia 2020+ da Europol, bem como o facto de a implementação desta estratégia conduzir a uma política de segurança mais forte e a ações mais eficazes na luta contra a cibercriminalidade, o terrorismo e outras formas graves de crime organizado. A oradora referiu, ainda, que esta estratégia se centrava na luta contra o tráfico de droga, representando um estímulo para os grupos da criminalidade organizada de exploração de pessoas, tráfico de armas e crimes financeiros. Neste contexto, congratulou-se com a recente evolução no que concerne ao acesso à informação financeira, acrescentando que a Europol se centrou na criação do primeiro mecanismo prático de luta contra a criminalidade financeira e o terrorismo, que descreveu como sendo uma estratégia de longo prazo, assente numa estreita cooperação entre os Estados-Membros da UE, os países terceiros e outros organismos, tais como os bancos, providenciando uma informação financeira fidedigna. Considerou que, no entanto, para implementar esta estratégia, a Europol necessita de um financiamento adequado, aproveitando para solicitar o apoio dos membros do GCPC



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

quanto a esse desiderato. Prosseguiu a sua alocução, abordando a reunião conjunta, realizada em outubro de 2018, entre os Conselhos de Administração da Frontex e da Europol, durante a qual foram debatidas formas práticas de os Estados-Membros utilizarem as plataformas de informação da Europol, que oferecem apoio na luta contra a criminalidade e o terrorismo. Terminou, reconhecendo o papel fundamental das relações externas da agência e salientando a importância da participação do representante do GCPC nas reuniões do Conselho de Administração (CA).

Na fase de debate que se seguiu, tomaram a palavra nove parlamentares, nos seguintes termos:

Lord **Clive SOLEY** (Câmara dos Lordes, Reino Unido) manifestou a convicção e o desejo de continuação da cooperação entre o Reino Unido e a Europol após o Brexit. Salientou a importância da capacidade de agir rapidamente, tendo registado o carácter transnacional da criminalidade grave. Terminou, afirmando que o Reino Unido estava a sair da UE, mas não da Europa. **Nicos KETTIROS** (Câmara dos Representantes cipriota) abordou a questão da propaganda terrorista e da radicalização em linha e pretendeu saber quais os meios disponíveis para combate a estes problemas na Unidade de Referência da UE para a Internet (EU IRU). **Caterina CHINNICI** (Parlamento Europeu) agradeceu a frutuosa cooperação da agência com o Parlamento Europeu e indagou sobre o envolvimento da Europol na luta contra o contrabando de migrantes. Refletindo sobre a importância da segurança dos cidadãos, **Miltiadis VARVITSIOTIS** (Parlamento helénico) questionou sobre a possibilidade de se criar uma base de dados internacional (semelhante ao PNR) para registar e acompanhar os migrantes, recorrendo à cooperação com a Frontex. **Martin CONWAY** (Senado Irlandês) chamou a atenção para o facto de o relatório de atividades não fazer qualquer referência ao Brexit, que é efetivamente a maior ameaça para a Irlanda em décadas. Pretendeu ainda saber qual o apoio que a EUROPOL dará à Irlanda, no contexto de uma potencial fronteira dura entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. **Helga STEVENS** (Parlamento Europeu) pretendeu saber quais as prioridades da Europol no domínio da inovação. Chamando a atenção para as próximas eleições europeias, **Tsvetan TSVETANOV** (Assembleia Nacional da Bulgária) salientou a importância da Europol na luta contra potenciais ataques terroristas ou híbridos. Quanto a **José Alberto MARTIN-TOLEDANO** (Congresso dos Deputados, Espanha) agradeceu a frutuosa cooperação com a Europol e solicitou informação sobre os planos de cooperação e de negociação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

com a UE, a Europol e o Reino Unido, no contexto o Brexit. Refletindo sobre a estratégia a médio e longo prazo da Europol na comunicação com os cidadãos, **Monica DEN BOER** (Câmara dos Representantes dos Países Baixos) perguntou como poderá a Europol assegurar que o orçamento operacional cresça e, simultaneamente, o orçamento administrativo diminua.

Em sede de resposta, **Catherine DE BOLLE** explicou que a Europol se encontrava a acompanhar de perto o processo e a preparar os diferentes cenários Brexit. No que concerne à luta contra a radicalização e a propaganda terrorista, recordou que a Unidade de Referência da UE para a Internet (IRU) teve uma taxa de sucesso de 85 % no encerramento de plataformas ilegais na Internet. Prosseguiu, sublinhando que era necessária uma melhor cooperação - também no domínio da informação financeira, da luta contra o tráfico de seres humanos e de contrabando de migrantes - com os Estados-Membros e outras instituições e agências da UE, especialmente a Frontex. Recordou que a Europol é e continuará a ser um importante centro de informação e explicou que as ameaças devem ser priorizadas em cooperação com os Estados-Membros, que devem aumentar o número e as ações dos seus agentes de ligação conjuntos. Quanto à inovação, salientou que os recursos eram limitados, mas que a Europol estava, no entanto, a desenvolver *software* e instrumentos inovadores, como o reconhecimento facial e a tradução em tempo real, que os Estados-Membros poderiam utilizar gratuitamente nas suas investigações nacionais. Referiu, igualmente, que a Europol poderia trazer valor acrescentado na deteção e cruzamento de indícios de ameaça, que poderiam parecer, à partida, separados e sem qualquer ligação óbvia. A este propósito argumentou que a agência estava envolvida nestas atividades 24 horas por dia, 7 dias por semana, trabalhando arduamente para assegurar a interoperabilidade. Terminou, aludindo ao orçamento anual da Europol, de 138 milhões de euros, explicando que este valor é inferior ao solicitado e que a principal área de investimento é o departamento de tecnologias de informação (TI).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

10.15h- 11.15h - Atividades do Conselho de Administração da Europol, setembro de 2018 – fevereiro 2019

A sessão contou com as alocações de **Victor Wili APREUTESEI**, Presidente do Conselho de Administração da Europol e por **Tsvetan TSVETANOV**, Presidente da Comissão da Segurança Interna e da Ordem Pública da Assembleia Nacional da Bulgária e representante do GCPC no Conselho de Administração da Europol.

Victor Wili APREUTESEI deu início à sua intervenção, declarando que a cooperação entre o GCPC, a Europol e terceiros tem de ser regida pela conectividade e pela necessidade de colmatar as lacunas de comunicação. Partilhou, igualmente, a decisão tomada pelo Conselho de Administração de convidar o representante do GCPC a participar em duas das suas reuniões anuais. Sublinhou a importância da cooperação e dos assuntos externos para combater a criminalidade, no estrito respeito pelos direitos humanos. Entre os países terceiros, mencionou países como a Argélia, o Egipto, Israel, a Jordânia, o Líbano, Marrocos e a Tunísia e também países dos Balcãs Ocidentais (Albânia, Sérvia). Aludiu, ainda, ao desafio de fornecer aos serviços e forças de segurança no terreno a tecnologia necessária para apoiar as missões pertinentes. O Conselho de Administração aprovou a estratégia de tornar a Europol a plataforma de conhecimento de combate à criminalidade. A Europol tem de desenvolver novas soluções de policiamento, maximizar o seu orçamento e reforçar a cooperação com outros serviços e forças de segurança. Continuou a sua alocução, sublinhando o facto de as unidades nacionais da Europol desempenharem um papel-chave na cooperação, sendo esta a razão pela qual todos os Estados-Membros têm de fornecer informações à Europol. Por fim, recordou que a Europol só poderia ajudar os Estados se estes aumentassem a qualidade e a quantidade da informação disponibilizada.

Seguiu-se a intervenção **Tsvetan TSVETANOV**¹, que partilhou com os colegas os principais pontos da sua participação, enquanto representante do GCPC, na reunião do Conselho de Administração da Europol, de 13 de dezembro de 2018, em Viena. Informou que a sua presença se limitou aos seguintes pontos da ordem do dia: a futura estratégia da Europol; o projeto de documento de programação 2020-2022; o orçamento da Europol para 2019; e as perguntas escritas apresentadas à Europol pelo GCPC.

¹ O relatório pormenorizado de Tsvetan Tsvetanov sobre a sua participação na reunião do CA encontra-se disponível em: http://www.parl2019ro.eu/eu/HTP_BLOB?id=4002&tip=pdf&blb=3



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Referiu, ainda, que o Conselho de Administração da Europol havia alargado o âmbito, os pontos e as questões a debater na presença do representante do GCPC. Aludiu, igualmente, aos esforços envidados pelas serviços e forças de segurança nacionais dos Estados-Membros. Em relação ao orçamento da agência para 2020, salientou que o Parlamento Europeu tem de se empenhar para que a Europol disponha de um orçamento adequado.

Seguiu-se um período de debate, durante o qual se registaram seis intervenções:

Reconhecendo que não existe um procedimento claro para a consulta entre o GCPC e o Conselho de Administração da Europol, **Carl - Oskar BOHLIN** (Parlamento da Suécia) interrogou-se sobre a possibilidade de existência de uma consulta estruturada, clara e permanente entre estes dois órgãos. **Hans - Jürgen IRMER** (Bundestag alemão) indagou sobre a cooperação entre a Europol e a Interpol. Pretendeu, igualmente, esclarecimentos sobre a delimitação dos mandatos da Frontex e da Europol. **Theodoros PAPATHEODOROU** (Parlamento Helénico) levantou a questão da cooperação da Europol com diversas instituições de controlo fronteiriço, especialmente com a Frontex. Salientou, igualmente, a necessidade de cooperação com os países terceiros na luta contra a criminalidade organizada e o contrabando de migrantes. **Demetris DEMETRIOU** (Câmara dos Representantes, Chipre) solicitou informações mais pormenorizadas sobre a decisão tomada pelo Conselho de Administração da Europol, segundo a qual um representante do GCPC só participará - na qualidade de observador - em duas reuniões por ano. Perguntou também se, no âmbito da revolução digital, a Europol tinha concluído algum programa de investigação ou se a agência tencionava iniciar uma cooperação com alguma universidade. Declarando que o combate à criminalidade em linha é crucial, **Helga STEVENS** (Parlamento Europeu) indagou sobre as opiniões do Presidente do Conselho de Administração da Europol sobre a proposta de regulamento relativo à prevenção da difusão de conteúdos terroristas em linha. **André ELISSEN** (Parlamento Europeu) inquiriu sobre as perspetivas da cooperação regional da Europol com terceiros e, mais especificamente, com a Turquia, tendo igualmente em conta a evolução política neste país.

Victor Wili APREUTESEI. afirmou que a Turquia continua a estar no centro das atenções, competindo à Comissão Europeia negociar com este país. A questão controvertida das mencionadas negociações diz respeito ao pedido de transferência de dados pessoais, opção que, de momento, se encontra excluída. Quanto à cooperação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

entre o Conselho de Administração e o GCPC, sublinhou a relativa novidade desta cooperação. Neste contexto, os debates estratégicos e de planificação foram agendados para as duas reuniões anuais, nas quais um representante do GCPC poderia participar, excluindo outros temas da ordem do dia que dizem respeito ao planeamento operacional e tático. Referiu, ainda, que existe um processo de aprendizagem de ambas as partes e que o GCPC seria informado de qualquer nova decisão sobre a participação de um seu representante nas reuniões do Conselho de Administração. Aludiu, de seguida, à revolução digital e ao terrorismo em linha, declarando que a Europol pretende ser um centro de conhecimento (e não um centro de informação). Concluiu, sublinhando que a Europol está constantemente à procura de novos meios para reforçar a cooperação com a Frontex.

11:30h – 12:30h – Apresentações por parte da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados e Conselho de Cooperação da Europol

Giovanni BUTTARELLI, da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD), através de mensagem de vídeo, focou o impacto das políticas da Europol e o impacto sobre os direitos fundamentais e os Estados-Membros como maiores beneficiários da informação, mas também os maiores contribuintes para o seu desenvolvimento. Referiu a necessidade de consideração dos cidadãos em zonas de conflito, migrantes que chegam nomeadamente à Grécia e Itália, a importância dos registos das crianças (menores de 18 anos) e o processamento de dados de pessoas suspeitas, dados esses pertencentes à Europol. Aludiu à continuidade da transmissão de recomendações à Europol em 2019 e às missões de inspeção virtuais como atividade de seguimento para a proteção de dados das páginas *web* da UE.

Sobre o Conselho de Cooperação da Europol, frisou as visitas efetuadas nos diferentes Estados-Membros, o acompanhamento operacional dos projetos e análise para informação a nível penal, o desenvolvimento da análise de delitos específicos e a informação fornecida pela Europol no âmbito de projetos, dados processados e pessoas a monitorizar. Referiu também a cooperação com a Eurojust, o novo regulamento da Frontex com aprovação do intercâmbio de dados e a nova proteção concedida à proteção de dados a longo prazo, bem como o relatório a apresentar no Parlamento



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Europeu sobre a forma de gestão dos dados e os novos desafios e o equilíbrio entre privacidade e segurança.

François **PELLEGRENI**, Presidente do Conselho de Cooperação da Europol, mencionou que o Conselho colabora com a AEPD e as autoridades nacionais para a proteção de dados, destacando o trabalho dos Estados-Membros e os seus benefícios no acesso à informação, assim como as novas formas de interconexão e interoperabilidade. Destacou o facto de o Conselho manter o foco comum na criação de sistemas de processamento de dados e na integridade e direitos relativos à proteção de dados.

No período de debate foram colocadas questões relativas à efetividade da proteção dos dados de pessoais, o seu intercâmbio com empresas privadas e qual a avaliação da Europol relativamente a esta situação. Foram ainda abordados temas relativos ao equilíbrio entre os trabalhos da Europol e da AEPD, a compatibilidade do *blockchain* com a proteção de dados (**Demetris DEMETRIOU** – Câmara dos Representantes de Chipre), a cooperação com as autoridades judiciárias, a interoperabilidade e os desafios no que respeita à quantidade de dados e complexidade do processo de controlo, bem como a sua análise e abordagem no GCPC (**Caterina CHINNICI** – Parlamento Europeu).

13.30h - 14.15h- Centro de Informações de Viagem da Europol (Europol Travel Intelligence - ETIC): Ponto da situação e relatório de atividades

A alocução inicial desta sessão ficou a cargo de **Wii VAN GEMERT**, Diretor Executivo Adjunto para as Operações da Europol, que fez uma apresentação pormenorizada sobre o Centro de Informações de Viagem da Europol (ETIC)², que será criado em 2019, constituindo uma capacidade específica no âmbito da Europol. Declarou que a Europol está a assumir novos papéis e prerrogativas, em virtude de vários desenvolvimentos, como a interoperabilidade a nível da UE, a gestão integrada das fronteiras (ETIAS, EES), a implementação da Diretiva PNR da UE e também em consequência de uma parceria mais estreita com as autoridades aduaneiras. O objetivo

² Apresentação power point disponível em:

http://www.parl2019ro.eu/eu/HTP_BLOB?id=4006&tip=pptx&blb=3



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

da Europol é dar resposta às crises migratórias e aos atentados terroristas, aproximando as investigações do nível nacional. Explicou que a agência identificou novas oportunidades para a Europol utilizar os seus conhecimentos em matéria de informações criminais e de aplicação da lei em benefício da gestão das fronteiras, referindo que a Europol poderia beneficiar dos dados de viagem dos Estados-Membros. A agência poderia utilizar múltiplas possibilidades de recolha e corroboração de informações, bem como de vários mecanismos para a detenção de fugitivos, pessoas suspeitas e redes criminosas. Indicou que a Europol contribui para a lista de controlo do ETIAS e que, nesse contexto, as atividades da Europol devem centrar-se também no alinhamento com os parceiros externos (agências, Estados-Membros, Frontex). Indicou, como desafios que a Europol enfrenta, neste domínio, o volume significativo de dados, o requisito de salvaguarda da informação, a necessidade de novas redes de cooperação, a garantia de uma utilização responsável das novas tecnologias e uma proteção equilibrada dos dados. Concluiu a sua apresentação, salientando a necessidade urgente de se elaborarem orientações pertinentes.

Seguiu-se uma fase de debate com os parlamentares:

Monica DEN BOER (Câmara dos Representantes dos Países Baixos) pretendeu saber a posição da Europol sobre as redes de criminalidade organizada, no contexto do relatório sobre os “passaportes dourados”. **Ines STRENJA** (Parlamento da Croácia) abordou a questão humanitária do regresso aos países de origem dos combatentes estrangeiros e suas viúvas. **Alexander VAN HATTEM** (Senado dos Países Baixos) indagou sobre o papel da Europol na luta contra a radicalização. **Georgios TSOVKAS** (Parlamento Helénico) pretendeu saber como iria o Centro Europeu de Informação sobre Viagens ser criado em 2020, sem que tivesse, ainda, sido aprovado pelos legisladores. Expressando o apoio da delegação polaca ao GCPC à atividade do ETIC, que reforçaria a segurança das viagens, **Agata BOROWIEC** (Sejm, Polónia) questionou sobre o apoio que o ETIC poderia prestar aos Estados-Membros e, mais especificamente, sobre a possibilidade de se desenvolver uma base abrangente para todos os dados relativos às viagens.

Respondendo a algumas das questões colocadas, **Wil VAN GEMERT** sublinhou a atenção crescente aos “passaportes dourados”, no contexto do branqueamento de capitais e evasão fiscal. Aludiu, igualmente, à cooperação operacional com os países dos Balcãs Ocidentais no domínio dos controlos de segurança. Quanto aos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

combatentes estrangeiros, classificou a questão como sendo política e, por isso, fora da esfera de competência da agência. Terminou, excluindo, por enquanto, a possibilidade de desenvolvimento de uma base única para todos os dados relativos às viagens.

14:15h – 15:00h – Centro europeu do Cibercrime (EC3): ponto de situação e relatório de atividades, incluindo apoio ao combate da contrafação de meios de pagamento que não em numerário, acompanhamento e combate aos crimes na dark web

Wil **VAN GEMERT** referiu-se às últimas operações do EC3, apresentando dados concretos em três centros: crime organizado, terrorismo e combate às infrações informáticas, com destaque para as atividades do mercado negro e a tentativa de terminar com a venda de informação comprometedora e a negação de serviço distribuído³, tendo a avaliação de 2018 relativa às ameaças do crime organizado na internet (IOCTA)⁴, desenvolvido pela Europol, concluído que as novas ameaças se prendem com *ransomware*, *DDoS*, *fraude com pagamentos sem apresentação de cartão*, *criptomoedas* e *criptojacking*.

Realçou ainda que as vítimas são, não só cidadãos individuais, mas também empresas e organizações, sobretudo no que se refere à apropriação indevida de dados pessoais, tendo a Europol publicado um relatório sobre a encriptação de informação e a plataforma de descodificação estabelecida. Referiu ainda atividades recorrentes da Europol em campos importantes como as atividades de abuso sexual e transportadores de dinheiro, sendo necessárias mais oportunidades de cooperação a promover pela Europol para um melhor combate às ameaças e situações ilegais.

No debate que se seguiu, foram focadas questões relativas à necessidade de organização conjunta contra a criminalidade informática e a harmonização da legislação europeia, entendendo-se que a Europol deveria fornecer aos Estados-Membros os instrumentos necessários (neste sentido, **Jacques BIGOT** – Senado de França e **Madeleine VAN TOOREMBURG** – Câmara dos Representantes dos Países Baixos).

³ Distributed-Denial-of-Service (DDoS)

⁴ Internet Organised Crime Threat Assessment



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Discutiu-se também o papel da Europol na avaliação das diferentes legislações nesta matéria, bem como questões relativas à transparência da sua atividade.

15:15h – 16:00h – Discurso de Julian King, Comissário Europeu para a União de Segurança

Na sua intervenção, o Comissário **Julian KING** referiu-se ao escrutínio elaborado por este Grupo de Controlo, reiterando que este só se tornaria mais importante à medida que a agência continuasse a crescer, registando o papel que o GCPC tinha de desempenhar na responsabilização da Europol. Mencionou o terrorismo como uma questão importante na Europa, razão pela qual as instituições europeias procuram reduzir o acesso ao financiamento dos terroristas, bem como prevenir e combater a radicalização, tanto em linha como fora de linha. No âmbito do trabalho de luta contra o terrorismo, o Comissário frisou a necessidade de desenvolver um verdadeiro sistema PNR⁵ europeu. Nesse sentido, deve procurar-se ligar as capacidades de informação sobre viagens e a Europol, desempenhando esta um papel central na rede de partilha de informações. Salientou também a dimensão da prevenção na luta contra a radicalização e os conteúdos terroristas em linha e, a este respeito, destacou o papel da Europol, sobretudo na abordagem do problema do financiamento do terrorismo e também na informação financeira, o futuro regulamento relativo à prevenção da difusão de conteúdos terroristas em linha e a sua obrigação de as plataformas em linha eliminarem rapidamente esses conteúdos. Referiu-se à cibersegurança como outra área de preocupação a nível europeu e registou o aumento dos ataques financeiros de grande envergadura e de motivação política. O EC3 tornou-se um importante centro neste domínio, partilhando competências e reforçando capacidades.

No período de debate, o Comissário respondeu às questões que lhe foram colocadas sobre as dificuldades de controlo e cooperação em áreas sem fronteiras, como a internet, falta de transparência e Estado de direito, como a Europol trata a informação que lhe chega dos serviços secretos e nova legislação sobre o cibercrime.

⁵ Registo de identificação de passageiros



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

16.00h- 16.45h- Designação do Representante do GCPC no Conselho de Administração da EUROPOL - Informação das Presidências sobre desenvolvimentos recentes, perspectivas de futuro e troca de pontos de vista

A sessão foi copresidida por **Oana Consuela FLOREA** e pelo Deputado ao PE **Pál CSÁKY**, em representação de **Claude MORAES**, Presidente da Comissão LIBE do PE.

Pál CSÁKY enquadrou o tema nos seguintes moldes: constatou que o regulamento é omissivo, não prevendo critérios claros para a nomeação do representante do GCPC nas reuniões do Conselho de Administração da Europol. Durante a Presidência búlgara, aquando da aprovação do regulamento, foi acordado que seria o representante búlgaro, então copresidente em exercício do GCPC, a assegurar essa tarefa. Posteriormente, na reunião de setembro, em Bruxelas, o GCPC concordou em prorrogar a situação, mantendo o Deputado búlgaro **Tsvetan Tsvetanov** como representante do GCPC no Conselho de Administração da Europol.⁶ Defendeu, numa segunda intervenção, a suspensão do debate em curso, por ausência de condições para a tomada de uma posição consensual, anunciando que a posição do Parlamento Europeu consistia na prorrogação do mandato de **T. Tsvetanov**, por razões de continuidade, até à próxima reunião do GCPC, em setembro de 2019.

A Deputada **Oana Consuela FLOREA** sublinhou que, na sua qualidade de membro do trio de Presidências, apenas havia concordado com a extensão do mandato do colega búlgaro numa base provisória, até à reunião agora em curso, durante a qual deveria ser acordado um procedimento específico para a nomeação do representante do GCPC no Conselho de Administração da Europol. Acrescentou, ainda, que as conclusões da reunião anterior indicavam claramente que o mandato de **Tsvetan Tsvetanov** terminaria nessa data (25 de fevereiro de 2019) e que seria importante chegar a uma conclusão sobre o futuro que, na sua opinião, deverá consistir na concessão do mandato ao representante que, em cada semestre, detenha a copresidência rotativa do GCPC.

Subsequentemente, dez deputados usaram da palavra e exprimiram a sua opinião sobre esta questão. Em síntese, ficaram claras duas posições distintas:

⁶ De referir que, na mencionada reunião, a questão foi anunciada, no final da última sessão e já com muitas delegações ausentes, pelas então copresidências do GCPC (PE e Parlamento austríaco), não tendo sido seguida de debate.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Diversas delegações exprimiram o seu apoio à proposta de rotatividade semestral, em paralelo com a Presidência rotativa do Conselho da UE, permitindo uma maior representatividade geográfica, bem como uma igualdade de oportunidades entre Estados-Membros de diferentes dimensões. Conforme recordou o Deputado cipriota **Demetris DEMETRIOU** *a rotação era da própria natureza da UE e o sistema mais justo e transparente*. Os defensores desta posição, tais como **Jaroslav BŽOCH** (Câmara dos Deputados, República Checa), recordaram, ainda, que o representante não tinha direito de voto no Conselho de Administração, pelo que o argumento da “continuidade” e de “estabelecimento de laços de confiança” dos que defendiam um período maior, não colhia. **Maria GRAPINI** (Parlamento Europeu), para além de defender esta posição, alertou para as consequências da indecisão e de protelamento de uma solução para setembro, demonstrando falta de transparência do processo decisório. De referir que, a **Delegação sueca**, que necessitou de se ausentar antes do início do debate, enviou às copresidências uma nota escrita, defendendo, igualmente, o ponto de vista da rotatividade semestral.

E alternativa a esta solução, surgiu a hipótese de, em sede de revisão ao regulamento do GCPC, se prever um mandato de 12 ou 18 meses, a ser exercido por um dos membros do trio de presidências. Esta foi a posição sugerida por **Susanne MITTAG** (Bundestag alemão); **Petar ŠKORIĆ** (Parlamento da Croácia) - apesar de, antes da reunião, a delegação croata ter apoiado, por escrito, posição inversa; **André ELISSEN** (Parlamento Europeu); **Madeleine VAN TOORENBURG** (Câmara dos Representantes dos Países Baixos); e **Dimitar LAZAROV** (Assembleia Nacional da Bulgária). A favor desta solução foram aduzidos os seguintes argumentos: o Conselho de Administração da Europol reúne apenas uma vez por semestre na presença do representante do GCPC. Ora, assim sendo, em cada nova reunião haveria um novo representante, não permitindo, assim, o estabelecimento, nem de laços de confiança, nem de uma continuidade mínima no acompanhamento dos assuntos, vertentes consideradas essenciais pelos defensores desta tese.

Muitos dos intervenientes, para além de expressarem a defesa de um dos dois pontos de vista, propuseram ainda o adiamento da decisão, posição reiterada por **Jacques BIGOT** (Senado francês), que usou da palavra apenas para esse efeito.

Também a Delegação da Assembleia da República exprimiu a sua opinião, previamente consensualizada entre todos os membros, através da Senhora Deputada **Isabel PIRES**,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

que sublinhou a importância da representação do GCPC no Conselho de Administração da Europol. Declarou que um mecanismo rotativo, idêntico ao da Presidência, era o melhor caminho a seguir, sendo um conceito mais saudável, em termos de representação política e geográfica do GCPC. Acrescentou, ainda, que o mecanismo de rotação apoia a transparência e a democracia. Terminou, referindo que, não sendo possível chegar a consenso, a Delegação portuguesa não se oporia a que a decisão fosse adiada.

Foi essa, aliás, a solução adotada, na medida em que as copresidências verificaram não haver condições de consenso sobre a matéria. Ficou acordado que o debate prosseguiria em Bruxelas, devendo os copresidentes (do Parlamento romeno e do PE) representar o GCPC na reunião seguinte do Conselho de Administração da Europol.

A Presidente **Oana Consuela FLOREA** sugeriu que, entretanto, cada Delegação pudesse enviar, por escrito, a sua posição ao trio de Presidências, para que os vários pontos de vista pudessem estar clarificadas para a reunião de setembro.

Após a transmissão desta posição, foi ainda pedida a palavra por **André ELISSEN** (Parlamento Europeu), que reiterou a sua preferência pela manutenção do Deputado búlgaro Tsvetanov como representante, acrescentando que não lhe parecia correto que a entidade observadora partilhasse a nacionalidade do presidente da entidade observada (no caso, romena). Esta posição mereceu uma reação de apoio de **Dimitar LAZAROV** (Assembleia Nacional da Bulgária). Usaram ainda da palavra **Maria GRAPINI** (Parlamento Europeu) e **Georgios TSOBKAS** (Parlamento Helénico), reiterando a necessidade de se chegar a uma solução consensual em setembro.

17:15 – 17:30 – Sessão de Encerramento

Oana Consuela Florea agradeceu a todos a participação e o envolvimento e desejou que os trabalhos da reunião tivessem contribuído para a missão do GCPC enquanto órgão de controlo político das atividades da Europol.

Recordou às Delegações a possibilidade de apresentação de propostas de alteração ao regulamento do GCPC, preferencialmente concentradas nas questões pendentes, como a da representação do GCPC no Conselho de Administração da Europol, o direito de formular perguntas escritas e a posição dinamarquesa no GCPC.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

De seguida, declarou a reunião encerrada.

➤ **NOTA FINAL – Propostas de Alteração ao Regulamento do GCPC**

O Regulamento do GCPC deverá ser revisto, na reunião de setembro de 2019, no Parlamento Europeu, em conformidade com quanto estipulado no seu artigo 6.2.

Conforme recordado pela copresidente **Oana Consuela Florea** existem três questões pendentes, sendo uma delas a representação do GCPC no Conselho de Administração da Europol.

Em relação a este último ponto, cumpre referir que ele assume uma particular relevância para a Assembleia da República. Com efeito, no segundo semestre de 2020, a Assembleia da República, em conjunto com a Alemanha e a Eslovénia, integrará o trio de copresidências do GCPC, sendo copresidente no primeiro semestre de 2021. Neste contexto, a deliberação que vier a ser tomada em setembro determinará se, num futuro muito próximo, o Parlamento português terá- ou não - oportunidade de representar o GCPC numa reunião do Conselho de Administração da Europol.

Assim, entende a Delegação que deverá ser adotada uma postura proactiva na defesa da posição de rotatividade semestral do representante do GCPC no Conselho de Administração da Europol, razão pela qual sugere que possa ser enviada à copresidência romena do GCPC⁷ uma proposta de alteração do art.º 5.º do Regulamento do GCPC⁸, com o seguinte teor:

⁷ De momento, a representação da Presidência da Comissão LIBE do PE permanece incerta, devido às eleições europeias de maio.

⁸ <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/files/download/082dbcc5667f1c7a016681c06d1702c8.do>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Redação Atual	Proposta de Alteração
<p>ARTICLE 5: REPRESENTATIVE TO THE MANAGEMENT BOARD OF EUROPOL</p> <p>The JPSG shall appoint, from its full Members, a representative who will be entitled to attend, in accordance with Article 14 of the Europol Regulation and for a duration determined by the JPSG, meetings of the Management Board of Europol as a non-voting observer. The representative shall report back to the JPSG after each meeting of the Management Board on his/her main findings in writing.</p>	<p>ARTICLE 5: REPRESENTATIVE TO THE MANAGEMENT BOARD OF EUROPOL</p> <ol style="list-style-type: none"><i>The JPSG shall appoint a representative who will be entitled to attend, in accordance with Article 14 of the Europol Regulation, meetings of the Management Board of Europol as a non-voting observer.</i><i>The representative shall be appointed from the Members of the GCPC Delegation of the Parliament holding the co-presidency of the Group, for a period of six months.</i><i>The representative shall report to the JPSG after each meeting of the Management Board on his/her main findings in writing.</i>

Assembleia da República, de junho de 2019

Os Deputados

Duarte Marques

Fernando Anastácio

Isabel Pires

Vânia Dias da Silva